

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A administração da Curucaca Geradora S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.S.<sup>ª</sup> as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, composta pelo Balanço Patrimonial, pelas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Agradecimento: Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, clientes, governo federal, estadual e municipal, fornecedores, prestadores de serviços, credores em geral e em especial aos colaboradores, por mais um ano de realizações.

A ADMINISTRAÇÃO,  
Dezembro 2018.

### Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais		2017	2016	Em milhares de reais		2017	2016
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	292	712	Fornecedores (Nota 9)	1.069	1.100		
Tributos a recuperar	23	289	Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	1.993	681		
Adiantamentos a fornecedores	84	34	Adiantamentos de consorciadas (Nota 14)	5.669	349		
Outros ativos	426	830	Salários e encargos sociais	96	291		
	<u>825</u>	<u>1.865</u>	Tributos a pagar	2	385		
<b>Não circulante</b>			Outros passivos	69	10		
<b>Realizável a longo prazo</b>				<u>8.898</u>	<u>2.816</u>		
Tributos a recuperar		44	<b>Não circulante</b>				
Imobilizado (Nota 8)	168.742	171.225	Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	23.272	25.265		
Intangível	9	9	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 13)	4.513	10.129		
Total do não circulante	<u>168.751</u>	<u>171.278</u>	Uso do bem público (Nota 11)	4	4		
				<u>27.789</u>	<u>35.398</u>		
			<b>Total do passivo</b>	<u>36.687</u>	<u>38.214</u>		
			<b>Patrimônio líquido</b>				
			Capital social (Nota 16)	124.735	124.054		
			Reservas de capital	9.669	9.669		
			Retenção de lucros		1.128		
			Reserva legal		78		
			Prejuízos acumulados	(1.515)			
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u>132.889</u>	<u>134.929</u>		
<b>Total do ativo</b>	<u>169.576</u>	<u>173.143</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>169.576</u>	<u>173.143</u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais		2017	2016
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>(2.721)</b>	<b>1.224</b>
Outros componentes do resultado abrangente			
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(2.721)</b>	<b>1.224</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2017

	Capital social		Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Agio na integralização de ações	Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	150.000	(26.306)	9.669	17		(35)	133.345
Lucro líquido do exercício						1.224	1.224
Integralização de capital (Nota 16)		360					360
Constituição da reserva de lucros					1.128	(1.128)	
Transferência reserva legal				61		(61)	
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	150.000	(25.946)	9.669	78	1.128		134.929
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	150.000	(25.946)	9.669	78	1.128		134.929
Prejuízo do exercício						(2.721)	(2.721)
Integralização de capital (Nota 16)		681					681
Absorção de prejuízos				(78)	(1.128)	1.206	
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	150.000	(25.265)	9.669			(1.515)	132.889

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1 Informações gerais

##### 1.1 Atividades operacionais

A Curucaca Geradora S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com sede em Guarapuava, Estado do Paraná. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a geração e a comercialização de energia elétrica, cuja entrada em operação iniciou-se no segundo semestre de 2016 em fase pré-operacional (teste). O encerramento do projeto de ampliação da UHE Salto Curucaca, ocorreu em 31 de dezembro de 2017. A Companhia explora o potencial hidroelétrico de 37,042 MW, sendo que Cooperativa Agrária Agroindustrial ("Agrária") e Santa Maria Cia de Papel e Celulose ("Santa Maria") são titulares de 100% das ações representativas do capital da Curucaca. Visando a exploração de energia elétrica gerada pela UHE Salto Curucaca, Agrária, Santa Maria e Curucaca atuam sob o regime de autoprodução conforme Contrato de Consórcio estipulado entre as Partes, em conformidade com as normas regulamentatórias, com titularidade transferida pela ANEEL em 06 de setembro de 2016, de acordo com a Resolução Autorizativa nº 6.021/2016. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 03 de abril de 2018.

##### 1.2 Principais eventos do ano

Em 31 de dezembro de 2017, foram consolidados para os participantes do consórcio, os valores correspondentes aos ativos e passivos, conforme a modalidade de *Joint Operation* (Nota 2.15), de acordo com a participação de cada consorciada, Santa Maria e Agrária, que possuem as participações de 59,94% e 39,96%, respectivamente.

##### 1.3 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

##### 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

##### 2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

##### 2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor.

##### 2.3 Ativos financeiros

###### 2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

###### 2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

###### 2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

##### 2.4 Impairment de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como um equilíbrio na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

##### 2.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em

### Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

	2017	2016
<b>Operações continuadas</b>		
Receita líquida das vendas (Nota 17)		2.995
Custo dos produtos vendidos (Nota 20)		(364)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.631</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas administrativas (Nota 18)	(2.778)	(1.335)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 19)	47	(50)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(2.731)</b>	<b>1.246</b>
Receitas financeiras	16	598
Despesas financeiras	(6)	(26)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>10</b>	<b>572</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(2.721)</b>	<b>1.818</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15)		(594)
<b>Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(2.721)</b>	<b>1.224</b>
<b>Ações em circulação no final do exercício (em milhares)</b>	150.000	150.000
<b>Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício por lote de ação do capital social no fim do exercício (básico e diluído) - em reais</b>	(0,0181)	0,0082

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrativo dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2017

	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(2.721)</b>	<b>1.818</b>
<b>Ajustes que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa</b>		
Amortização do UBP - Uso do Bem Público		174
Resultado da venda de ativo permanente	4	
Provisão para IRPJ e CSLL		(557)
Ajustes valor presente - UBP - Uso do Bem Público		(4)
	<b>(2.717)</b>	<b>1.431</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Adiantamentos a fornecedores	(50)	278
Tributos a recuperar	310	61
Outros ativos	404	(587)
Fornecedores	(31)	(1.853)
Salários e encargos sociais	(195)	(7)
Tributos a pagar	(383)	96
Adiantamento de consorciadas	5.320	349
Adiantamento para futuro aumento de capital	(5.616)	7.366
Outros passivos	59	(284)
<b>Caixa gerado (aplicado) nas operações</b>	<b>(2.899)</b>	<b>6.850</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(37)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(2.899)</b>	<b>6.813</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 8)	(6.783)	(30.569)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		9.065
Recebimento pela venda de ativo imobilizado (Nota 19)	9.262	
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>2.479</b>	<b>(21.504)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital (Nota 16)	681	360
Captação de empréstimos e financiamentos		14.161
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(681)	
Distribuição de lucros		(325)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>14.196</b>
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(420)	(495)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)</b>	<b>712</b>	<b>1.207</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)</b>	<b>292</b>	<b>712</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

#### 2.6 Ativos intangíveis

##### (a) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

##### (b) Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de energia hidráulica, cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público (UBP). O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecidos no contrato. O registro inicial desse passivo e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização desse intangível é calculado pelo método linear pelo prazo remanescente de concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzidos pelos pagamentos contratados.

##### 2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos se us custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCS)).

Os ativos não financeiros no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.8 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

##### 2.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

##### 2.10 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.11 Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos tributos correntes.

Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas, no Brasil. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

##### 2.12 Receita financeira